

Especialistas defendem “abordagem colaborativa” para uma efetiva circularidade nas empresas

25 de Fevereiro, 2022

Um dos grandes objetivos do Projeto E+C (Economia Mais Circular), promovido pela CIP (Confederação Empresarial de Portugal), assenta em discutir e identificar as barreiras que existem à implementação da circularidade nas empresas. Um inquérito encomendado, pela CIP, à EY-Parthenon comprova que as empresas enfrentam múltiplos entraves na implementação dos princípios de circularidade nas suas atividades. Foi precisamente nestas barreiras que vários especialistas se debruçaram para debater “Barreiras à Economia Circular – Identificação de oportunidades e soluções” num painel promovido na Conferência Economia Mais Circular.

Apesar de grande parte das barreiras identificadas no inquérito serem já do conhecimento da **ZERO** (Associação Sistema Terrestre Sustentável), **Francisco Ferreira**, presidente da associação, considera a questão da economia circular deveria estar de forma mais explícita no trabalho desenvolvido, havendo sempre um “grande ênfase na reciclagem ou na criação de circuito” começando a jusante e não a montante: “Efetivamente, a prioridade de uma economia circular profunda começa no desenho, na conceção, na normalização e nas exigências de circularidade que coloco”.

Voltando às barreiras identificados no inquérito, o presidente da ZERO enfatiza a “falta de conhecimento”, constatando que, na maioria das vezes, está relacionada com a “competitividade entre os vários agentes” para se conseguir otimizar soluções circulares: “Temos de mudar o paradigma de uma economia que é muito circular em vários ciclos para uma economia que é mais um nicho ecológico que tem um conjunto de tramas entre aquilo que são os objetivos e os princípios de colocar à frente as questões de redução, reutilização e reciclagem”.

Analisando o estudo de uma forma geral, o presidente da ZERO mostra-se muito satisfeito, nomeadamente, do diagnóstico que o inquérito faz porque “organiza, sistematiza e valida” algumas das preocupações comuns à indústria, mas também às associações: “Há que avançar e criar os mecanismos de troca de comunicação de trabalho conjunto”.

Luís Delgado, presidente da **APQuímica** (Associação Portuguesa da Química, Petroquímica e Refinação), considera que o estudo tem uma “grande vantagem” por “abranger e tocar” em quase todas as áreas da atividade económica portuguesa: “Procura de uma forma bastante exaustiva levantar quais as questões que são mais relevantes para que tudo aconteça”.

De todas as barreiras identificadas, também o presidente da APQuímica não parece estar surpreendido com os resultados. Ainda assim, do ponto de vista das recomendações, dá destaque à construção das soluções: “Cada vez mais, as

empresas têm que olhar para isto como algo que não é para a economia circular, sustentabilidade do negócio, questões ambientais ou que a legislação impõe, mas sim porque faz parte da sobrevivência e crescimento a prazo de cada uma". Centrando-se no ponto da economia circular, Luís Delgado considera que o mais pertinente é a "simbiose" entre as empresas: "Não se consegue fazer um *mainstream* de tornar a economia circular comum a todas as empresas, sem se entender que elas fazem parte de um ecossistema local, regional ou nacional". É nesta questão que existem muitas barreiras e que o estudo demonstra de forma clara: "Têm de existir capacidade de ter parcerias específicas dos produtos, resíduos e aproveitamento na lógica de negócio que está subjacente: é uma das recomendações mais importantes".

[blockquote style="2"]A indústria não é o problema, mas sim a solução[/blockquote]

Reconhecendo os entraves existentes e, conseqüentemente, o caminho que deve ser feito, **Rafael Campos Pereira**, vice-presidente da **AIMMAP** (Associação dos Industriais Metalúrgicos Metalomecânicos e Afins de Portugal), centra-se naquela que é a visão do metalúrgico e metalomecânico: "É um setor muito heterogéneo, onde existe muita coesão num conjunto vasto de questões". Ainda assim, verificam-se "nuances" de subsetor para subsetor: "Não posso dizer que todos os subsectores estejam no mesmo estado de desenvolvimento". Mas, o conceito de economia circular é algo que tem vindo a ser difundido de forma muito assertiva pela AIMMAP e por todas as entidades de suporte: "Têm feito um trabalho relevante e não só de sensibilização, mas também de disseminação de boas práticas e de sugestões de estratégias, contribuído para que esta seja uma realidade presente na generalidade das nossas empresas".

Apesar de concordar com o facto de os cidadãos serem mais exigentes e, conseqüentemente, o escrutínio da sociedade ser fundamental para as boas práticas serem uma realidade, Rafael Campos Pereira não deixa, contudo, de sublinhar a importância de os consumidores serem "educados" de uma forma que seja "solidária" e que permita que "todos estejamos a caminhar no mesmo sentido".

Das grandes preocupações existente na indústria metalúrgica e metalomecânica, o responsável defende que a aposta deve passar pela "simplificação dos processos de desclassificação de resíduos", pela "redução de custos, burocracia, complexidade e investimento" nesse domínio. Isto, atenta o presidente AIMMAP, sem prejuízo de que a questão do "ecodesign, conceção do produto com responsabilidade ambiental" seja também muito importante: "Os investimentos estão a ser feitos e a indústria é o player número um fundamental porque sem ela não é possível tornarmos a economia mais sustentável". Aliás, "só a indústria é capaz de encontrar, conceber, desenvolver e investigar para esse feito os equipamentos de que todos necessitamos para tornarmos a economia no geral mais sustentável", afinha. Em matérias de eficiência energética, descarbonização e sustentabilidade, Rafael Campos Pereira reforça que são os investimentos em equipamentos e produtos concebidos pela indústria que vão determinar tal realidade: "A indústria não é o problema, mas sim a solução".

No que à simplificação e à desclassificação de resíduos diz respeito, **Nuno**

Lacasta, presidente da APA (Agência Portuguesa do Ambiente), considera que tem havido evolução nos últimos anos: “O nosso compromisso é fazer chegar à CIP um documento sobre aquilo que ainda não existe e o que já existe, podendo-se neste último, continuar colaborar para melhorar”. Mas sobre aquilo que ainda não existe, Nuno Lacasta reconhece que falta uma “cultura regulatória” no Estado: “Conseguir licenciar as atividades sem ser em sequência”.

Focando na desclassificação de resíduos, o presidente da APA regista evolução, dando como exemplo a alteração resultada da legislação recente: “Neste momento, o sistema científico e tecnológico pode em nome da administração ajudar a desclassificar”. Para Nuno Lacasta é, precisamente, numa “abordagem colaborativa” que se tem de saber prosseguir: “É certo que cada um desempenha o seu papel”, sustenta.

Leia mais aqui: □

[Projeto E+C quer desvendar as boas práticas e projetos em curso já adotados pelas empresas em Portugal](#)